



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Xinguara



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanha-

mento e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Xingüara (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Xinguara apresentou uma leve tendência de alta, passando de pouco mais de 30% para cerca de 32,5%, enquanto a Região de Integração (RI) Araguaia manteve-se relativamente estável, levemente abaixo de 30%, e o estado do Pará, que iniciou em 41,7%, permaneceu praticamente constante nesse período. Contudo, em 2022, observou-se um forte aumento em todas as escalas territoriais, possivelmente influenciado pelos efeitos econômicos da pandemia: Xinguara alcançou

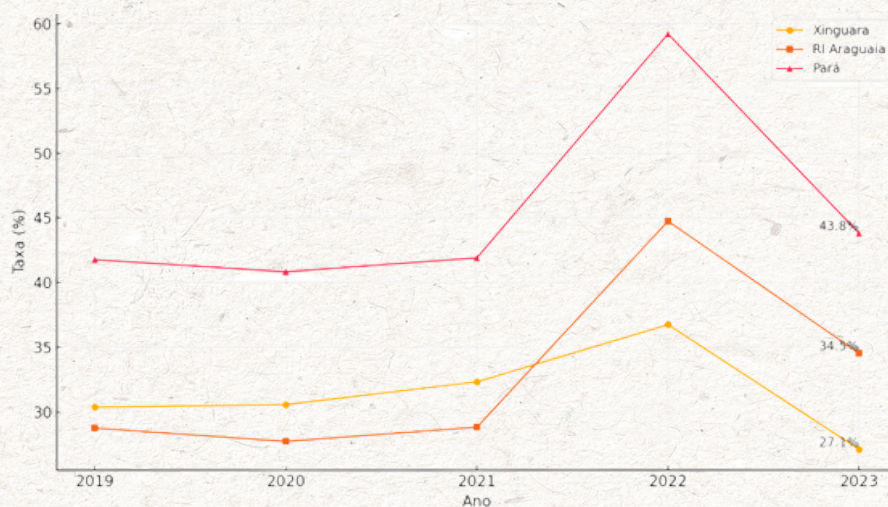
aproximadamente 36,7%, a RI Araguaia atingiu 44,7% e o estado do Pará ultrapassou 59%, evidenciando um agravamento generalizado da pobreza (Gráfico 1).

No ano de 2023, o cenário mudou, com uma redução significativa nas taxas de pobreza em todos os níveis. Em Xinguara, a taxa recuou para 27,1%, retornando a um patamar inferior ao registrado em 2019, enquanto na RI Araguaia a redução levou a taxa a 34,5% e, no estado do Pará, para 43,8%. Esse comportamento sugere uma recuperação eco-

nômica no período, mas ainda com um nível de pobreza superior ao observado antes da pandemia, especialmente no âmbito estadual, indicando que os efeitos da crise foram mais duradouros para o Pará como um todo (Gráfico 1).

De modo geral, a análise da evolução da taxa de pobreza demonstra que, embora Xinguara tenha apresentado uma recuperação mais acentuada e uma condição relativamente melhor que a média estadual e regional em 2023, a crise de 2022 teve impactos expressivos e deixou marcas significativas, particularmente no estado do Pará. O comportamento da curva mostra que Xinguara conseguiu, em 2023, controlar melhor a reversão dos impactos sociais da pandemia em comparação aos seus recortes territoriais superiores (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

A evolução das despesas públicas com serviços essenciais em Xinguara, na RI Araguaia e no estado do Pará revelou tendências distintas ao longo do período analisado. Em 2019, o município de Xinguara já apresentava um percentual elevado de 65,3%, superior à RI Araguaia (64,7%) e ao Pará (62,7%). De 2019 a 2020, todas as localidades tiveram uma queda nas despesas, sendo a mais acentuada no nível estadual, que caiu para 60,3%, enquanto Xinguara manteve um patamar

ainda elevado, próximo de 65% (Gráfico 2).

Entre 2020 e 2021, Xinguara registrou um expressivo aumento nos gastos com serviços essenciais, atingindo o pico de 68,9%, comportamento que se diferencia da estabilidade observada na RI Araguaia e no Pará, que apresentaram apenas pequenas variações. Em 2022, houve um recuo para 67,1% em Xinguara, mas ainda permanecendo num nível elevado. No entanto, em 2023, o município registrou queda mais acentuada,

fechando o ano com 63,1%, embora ainda mantendo um percentual superior ao da RI Araguaia (61,8%) e do estado do Pará (60,9%) (Gráfico 2).

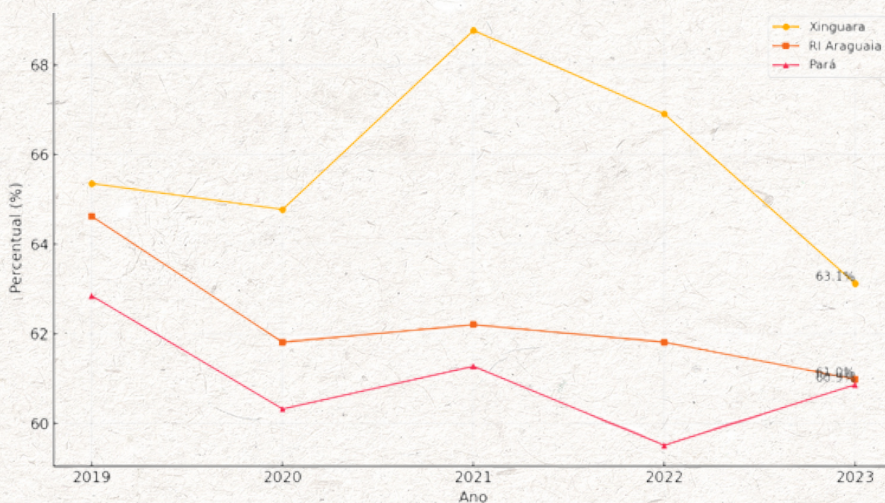
De maneira geral, percebe-se que Xinguara destinou uma parcela relativamente maior de seus recursos a serviços essenciais ao longo de todo o período analisado, sobretudo no pós-pandemia, o que pode estar associado às ações de mitigação dos efeitos sociais adversos. Apesar da redução de 2022 para 2023, o município continuou com uma per-



formance acima dos seus recortes regionais, sinalizando um esforço consistente de manutenção de investimentos em áreas fundamentais para a população, mesmo diante das oscilações macroeconômicas (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No período de 2019 a 2023, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Xinguara apresentou oscilações, iniciando em 6,2% em 2019 e subindo para cerca de 6,9% em 2020, refletindo uma piora nesse indicador. Em seguida, houve uma leve melhora em 2021, com a taxa caindo para 6,5%, mas em 2022 a prevalência voltou a crescer para 7,1%, sinalizando um quadro de instabilidade nos determinantes de saúde materno-infantil no município (Gráfico 3).

No nível da Região de Integração (RI) Araguaia, as variações foram mais moderadas, partindo de 6,9% em 2019 e mantendo-se próximas a es-

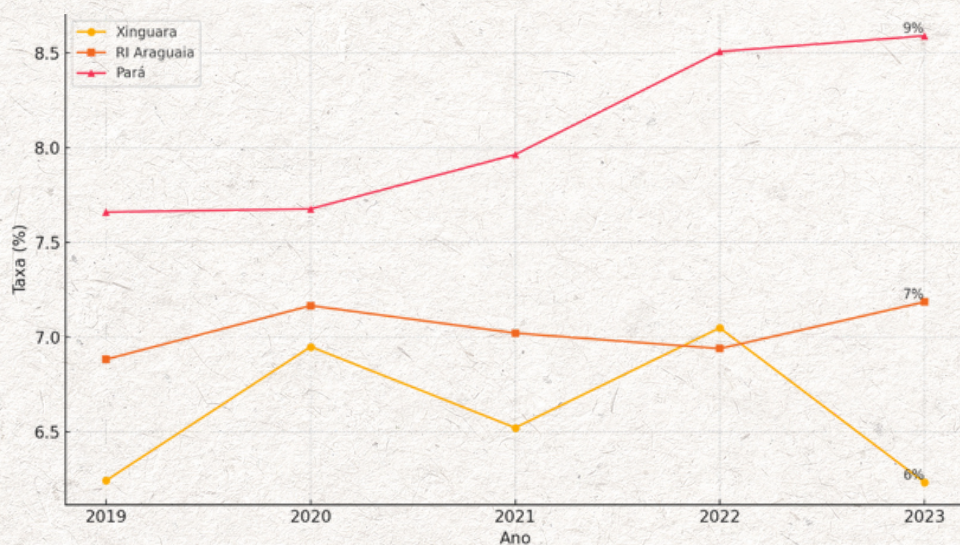
se patamar durante quase todo o período, terminando 2023 em 7%. Já o estado do Pará registrou uma trajetória de piora contínua, saltando de 7,7% em 2019 para 9% em 2023, o que evidencia uma tendência mais preocupante em nível estadual, sugerindo fatores estruturais que impactam amplamente a saúde neonatal (Gráfico 3).

Considerando 2023, Xinguara apresentou uma significativa melhora ao reduzir sua taxa para 6%, um desempenho melhor do que a média regional e estadual. Esse comportamento pode indicar avanços locais em políticas de atenção pré-natal ou no acesso a servi-

ços de saúde, ainda que o cenário geral demande atenção, visto que o padrão de flutuação dos anos anteriores demonstra que essas melhorias precisam ser sustentadas a longo prazo para consolidar um ambiente de saúde materno-infantil mais seguro (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

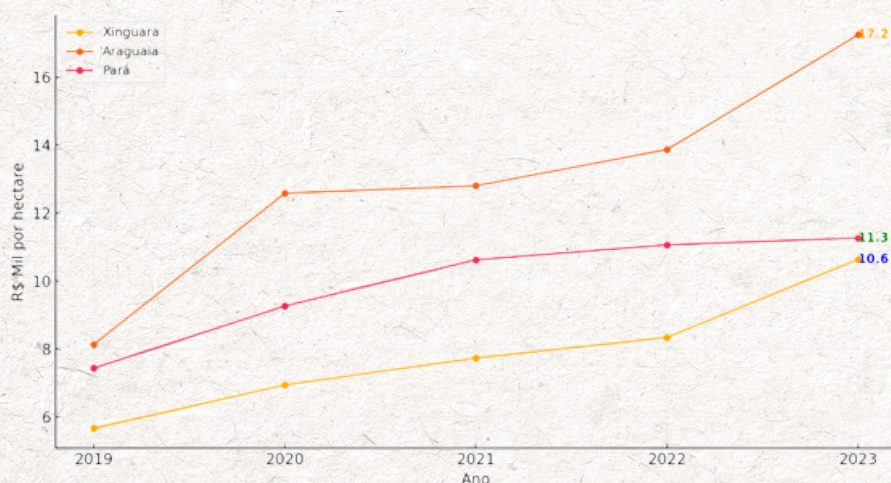
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, a produtividade agrícola de Xinguara cresceu de maneira consistente, partindo de R\$ 5,7 mil por hectare em 2019 para R\$ 10,6 mil por hectare em 2023. Esse movimento positivo foi contínuo, com pequenos avanços anuais até 2022, seguido de um salto mais expressivo em 2023, refletindo ganhos de eficiência e/ou valorização dos produtos agrícolas na região. Embora tenha se mantido abaixo dos patamares da RI Araguaia e do estado do Pará ao longo de quase todo o período, Xinguara reduziu essa diferença nos últimos anos (Gráfico 4).

A Região de Integração Araguaia, por sua vez, apresentou um crescimento mais robusto e consistente, com a produtividade agrícola saltando de R\$ 8,1 mil por hectare em 2019 para R\$ 17,2 mil em 2023. Este desempenho demonstra um dinamismo econômico agrícola mais forte no contexto regional, colocando a RI Araguaia numa posição de destaque dentro do estado. Já o estado do Pará mostrou uma evolução mais moderada, de R\$ 7,5 mil para R\$ 11,3 mil no mesmo período, evidenciando uma valorização constante, mas em ritmo inferior ao observado na RI Araguaia (Gráfico 4).

Assim, a análise demonstra que, embora Xinguara tenha melhorado significativamente sua produtividade agrícola, o município ainda se encontra aquém da média regional, o que indica espaço para investimentos em tecnologias, capacitação e expansão de boas práticas agrícolas. A tendência positiva recente sugere, contudo, um cenário favorável para que Xinguara se aproxime ainda mais dos níveis de produtividade da RI Araguaia, o que poderia trazer benefícios econômicos diretos para a população local nos próximos anos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

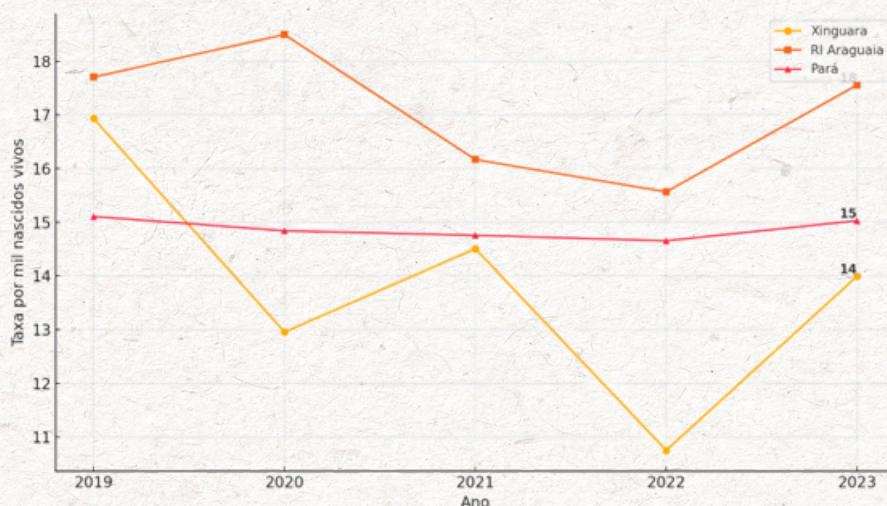
Entre 2019 e 2023, a taxa de mortalidade infantil em Xinguara apresentou um comportamento bastante oscilante. Em 2019, a taxa era de 17 mortes por mil nascidos vivos, mas caiu significativamente para 13 em 2020, indicando uma melhora acentuada. No entanto, os anos seguintes mostraram variações: houve um aumento para cerca de 14,5 em 2021, uma nova queda importante para 10,8 em 2022 – o melhor resultado do período –, seguido de uma elevação para 14 em 2023, revelando uma instabilidade no enfrentamento da mortalidade infantil no município (Gráfico 5).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi mais estável, embora com níveis sempre superiores aos de Xinguara: a taxa partiu de 17,8 em 2019, subiu para 18,5 em 2020 e depois apresentou quedas moderadas até 2022, encerrando o período em 18 em 2023. Já o estado do Pará manteve uma linha quase horizontal, com pequena redução de 15,1 para 14,7 entre 2019 e 2022 e discreta alta para 15 em 2023, demonstrando uma tendência de estabilidade, mas sem melhorias substanciais (Gráfico 5).



Assim, Xinguara conseguiu apresentar anos de melhora expressiva, especialmente em 2020 e 2022, superando em desempenho tanto a RI Araguaia quanto o próprio estado do Pará nesses momentos. No entanto, a volatilidade dos dados aponta para a necessidade de políticas mais estruturadas e permanentes de atenção à saúde infantil, para garantir a consolidação das conquistas e evitar retrocessos como o observado em 2023 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

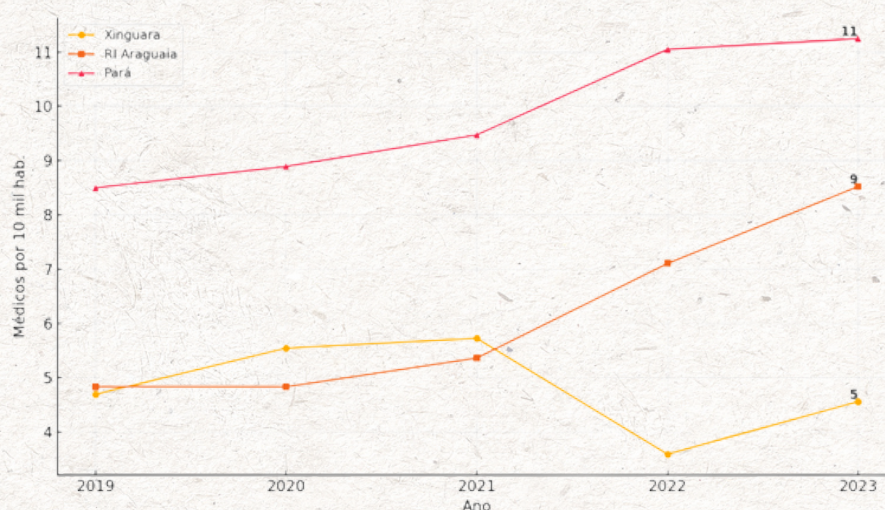
A evolução do número de médicos por 10 mil habitantes em Xinguara, no período de 2019 a 2023, mostrou um comportamento de crescimento moderado seguido de redução e posterior recuperação parcial. Em 2019, o município contava com cerca de 4,7 médicos por 10 mil habitantes, aumentando para 5,6 em 2020 e para 5,8 em 2021. Entretanto, em 2022, houve uma forte queda para 3,6 médicos, recuperando-se apenas parcialmente em 2023, atingindo 5 médicos por 10 mil habitantes (Gráfico 6).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi contínuo e mais robusto: partindo de 4,8 médicos por 10 mil habitantes em 2019, subiu para 9 em 2023, demonstrando investimentos e expansão mais consistente da força de trabalho médico regional. Já no estado do Pará, o número também evoluiu de forma estável, passando de 8,5 para 11,1 médicos por 10 mil habitantes, mantendo-se sempre muito acima dos números observados em Xinguara e na RI Araguaia (Gráfico 6).



Portanto, a análise evidencia que, embora Xinguara tenha tido avanços pontuais, sua capacidade de manter e expandir o número de médicos ainda é limitada e muito vulnerável a retrocessos. Comparativamente, a RI Araguaia e o estado do Pará demonstraram maior solidez na ampliação do acesso médico. O cenário sugere que esforços locais mais consistentes para fixação de profissionais de saúde são fundamentais para garantir melhorias sustentáveis nos indicadores de saúde pública do município (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

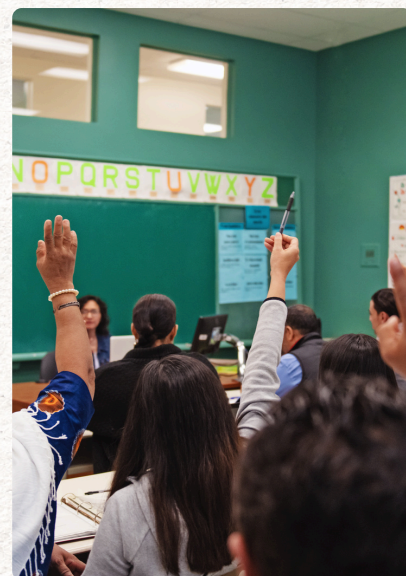
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Xinguara apresentou relativa estabilidade no número de vagas no ensino público por mil habitantes, mantendo um nível elevado em torno de 225 vagas. Esse patamar era superior tanto ao da Região de Integração (RI) Araguaia quanto ao do estado do Pará, que se mantinham em torno de 170 e 210 vagas, respectivamente. A partir de 2022, no entanto, Xinguara sofreu uma queda acentuada, reduzindo seu número para aproximadamente 183 vagas e, em 2023, para 170 vagas por mil habitantes (Gráfico 7).

A Região de Integração Araguaia, por sua vez, teve uma forte alta em 2022, alcançando 215 vagas, mas também sofreu queda em 2023, des-

cendo para 200 vagas, ainda mantendo-se em níveis superiores a Xinguara. O estado do Pará acompanhou essa tendência, embora de forma mais suave, subindo para 219 vagas em 2022 e caindo para 198 vagas em 2023. Essa dinâmica sugere que o ano de 2022 foi atípico, provavelmente associado a esforços de ampliação emergencial de acesso à educação pública, com um posterior ajuste em 2023 (Gráfico 7).

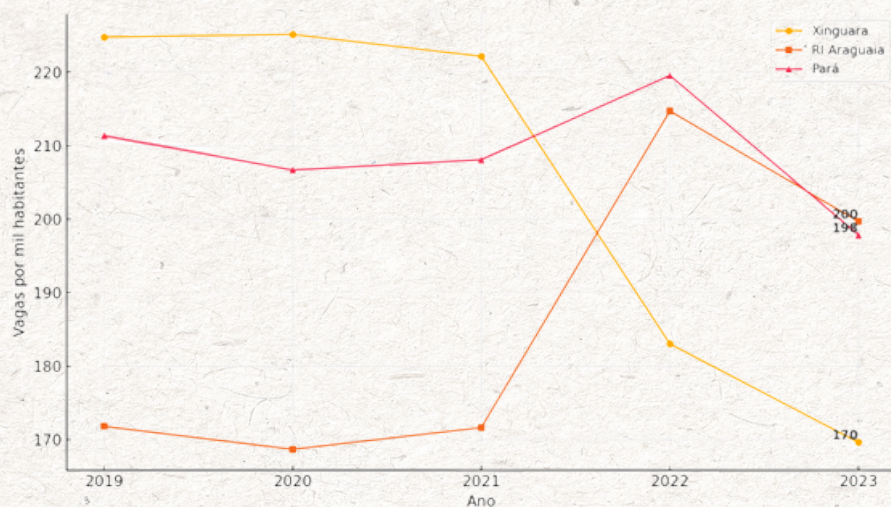
Portanto, a análise mostra que, apesar de Xinguara ter começado o período com uma oferta relativamente melhor de vagas públicas em relação a seus recortes territoriais, perdeu essa vantagem nos últimos dois anos analisados. A queda acentuada em 2022-



2023 levanta preocupações sobre a capacidade de manutenção do acesso educacional, especialmente em um contexto em que o reforço da educação pública é fundamental para reduzir desigualdades e garantir oportunidades de desenvolvimento (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 170 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

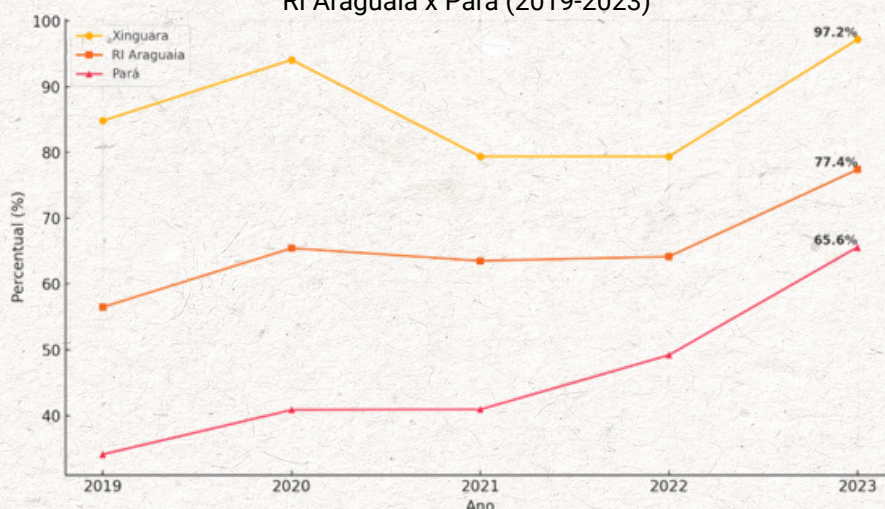
O percentual de escolas com acesso à internet em Xinguara manteve-se bastante elevado ao longo do período, saindo de 85% em 2019 para um pico de 94% em 2020. Após esse avanço inicial, houve uma queda em 2021 e 2022, quando o percentual se estabilizou em torno de 79%, antes de apresentar uma nova expansão expressiva em 2023, alcançando 97,2%. Esses dados demonstram que, apesar das oscilações, Xinguara conseguiu ampliar de forma significativa o acesso à conectividade em suas unidades escolares ao final do período (Gráfico 8).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi mais contido: partindo de 56% em 2019 para 64% em 2021 e estabilizando-se em torno de 64% até 2022, antes de uma elevação mais forte em 2023, atingindo 77,4%. Já no estado do Pará, a evolução foi gradual, mas consistente, com o percentual subindo de 33,8% em 2019 para 65,6% em 2023. O contexto estadual revela um desafio estrutural maior no acesso à internet nas escolas, embora com avanços importantes nos últimos anos (Gráfico 8).

Assim, a análise evidencia que Xinguara manteve uma posição muito superior à média regional e estadual em termos de acesso à internet nas escolas, representando uma infraestrutura educacional mais moderna e mais bem equipada para práticas pedagógicas contemporâneas. A tendência positiva em 2023 reforça a importância de investimentos tecnológicos no ambiente escolar como ferramenta de inclusão digital e melhoria da qualidade do ensino, principalmente em um cenário pós-pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5: Violência Contra a Mulher por Parceiros** e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



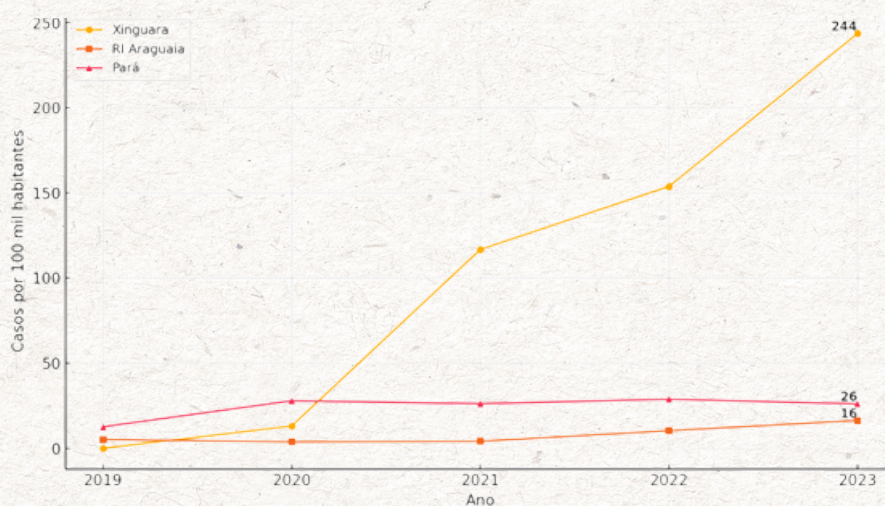
A evolução dos casos de violência contra a mulher por parceiros em Xinguara entre 2019 e 2023 foi extremamente preocupante. Em 2019, praticamente não havia registros, mas, a partir de 2020, houve uma rápida escalada: o número saltou para cerca de 13 casos por 100 mil habitantes e, em 2021, disparou para 117 casos, aumentando ainda mais para 154 em 2022 e alcançando o alarmante índice de 244 casos por 100 mil habitantes em 2023. Esse crescimento vertiginoso destaca um grave problema social que se agravou ao longo dos anos no município (Gráfico 9).

Enquanto isso, na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, a situação permaneceu relativamente estável. A RI Araguaia apresentou baixos índices, começando em 3 casos por 100 mil habitantes em 2019 e encerrando 2023 com 16 casos, enquanto o Pará oscilou entre 15 e 26 casos no mesmo período. Ou seja, embora haja aumento, o crescimento foi muito mais moderado e controlado em comparação com Xinguara, onde os números explodiram em escala alarmante

(Gráfico 9). Essa discrepância indica que Xinguara enfrenta uma situação atípica e extremamente preocupante de violência de gênero, que demanda a implementação urgente de políticas públicas robustas, como o fortalecimento da rede de proteção, campanhas de conscientização e ampliação dos canais de denúncia e acolhimento para as vítimas, de forma a tentar reverter essa tendência crítica (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 244 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

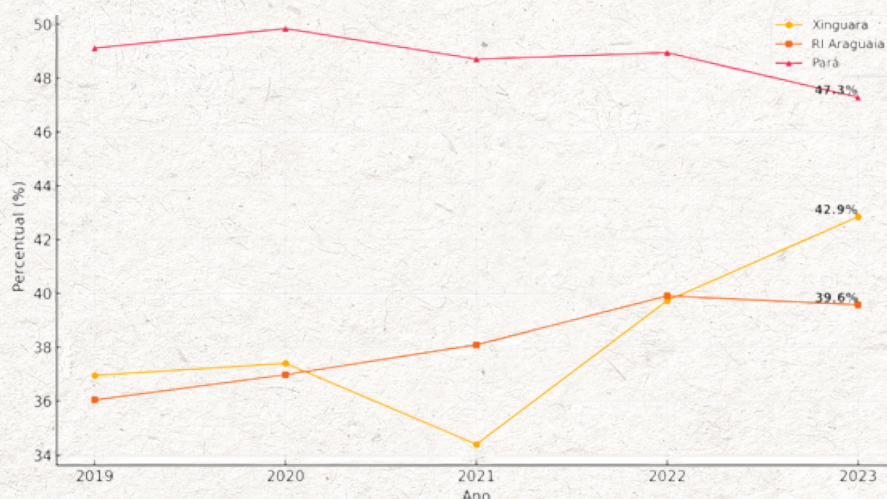
No indicador de percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres, Xinguara apresentou uma trajetória de melhora ao longo do período de 2019 a 2023. Inicialmente, o percentual era de 36,9% em 2019, subiu discretamente para 37,4% em 2020, mas sofreu uma queda em 2021, chegando a 34,2%. A partir daí, o município conseguiu uma recuperação consistente, alcançando 39,8% em 2022 e, finalmente, 42,9% em 2023, sinalizando um fortalecimento da presença feminina em posições de liderança (Gráfico 10).



Na Região de Integração Araguaia, o movimento foi semelhante, com um crescimento gradual de 36% em 2019 para 39,6% em 2023, embora com menor variação. O estado do Pará manteve percentuais mais elevados ao longo de todo o período, oscilando de 49% em 2020 para 47,3% em 2023, ainda que demonstrando uma leve tendência de declínio. Comparativamente, embora Xinguara tenha apresentado avanços, o município ainda se mantém abaixo da média estadual em termos de ocupação feminina em cargos de comando (Gráfico 10).

De maneira geral, os dados indicam que Xinguara tem avançado no fortalecimento da representatividade feminina no mercado de trabalho gerencial, o que é um sinal positivo, especialmente considerando o contexto de aumento da violência de gênero local. A ampliação da participação das mulheres em espaços de decisão pode, inclusive, ser um vetor estratégico para a formulação de políticas mais eficazes de combate às desigualdades e violência contra mulheres no município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No período de 2019 a 2023, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Xinguara apresentou uma evolução muito discreta. Em 2019, o indicador estava em 2,6%, subindo levemente para 2,8% em 2020 e mantendo-se praticamente estável em 2021. Houve um pequeno avanço em 2022, quando chegou a 3%, mas em 2023 houve um recuo para 2,8%, sinalizando dificuldades em manter o crescimento desse serviço essencial para a população mais vulnerável (Gráfico 11).



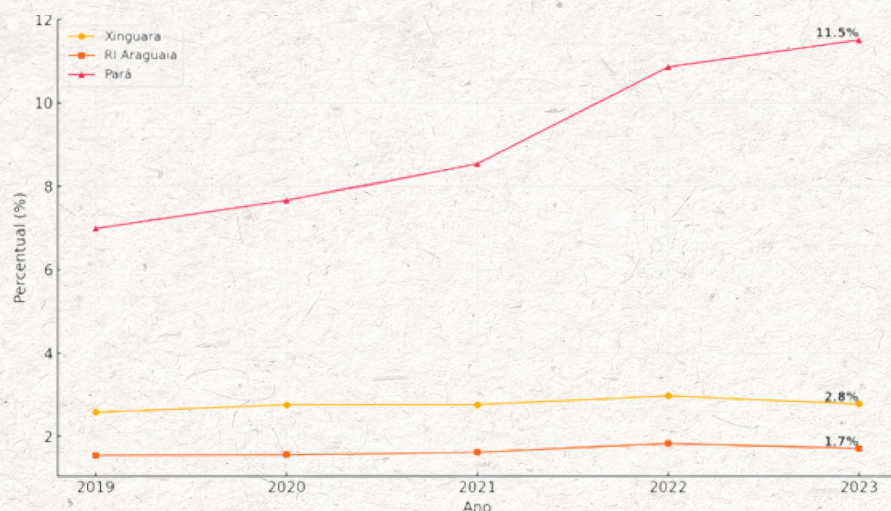
A Região de Integração Araguaia seguiu uma trajetória semelhante, porém em patamares ainda mais baixos, oscilando entre 1,5% e 1,7% durante todo o período, sem grandes variações. Já o estado do Pará apresentou evolução significativa: partiu de 7% em 2019 e atingiu 11,5% em 2023, mostrando um esforço estadual mais robusto para ampliar a coleta de esgoto entre a população de baixa renda.

A comparação evidencia que tanto Xinguara quanto sua região ficaram muito aquém da média estadual em termos de avanço (Gráfico 11).

Portanto, apesar de um cenário de leve melhoria inicial, a estagnação e posterior recuo em Xinguara evidenciam um desafio estrutural em expandir os serviços de saneamento para as camadas mais pobres da população. Esse quadro reforça a necessidade de investi-

mentos específicos e políticas públicas direcionadas para universalizar o acesso, uma vez que a precariedade do saneamento básico impacta diretamente na saúde e na qualidade de vida dessa população (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal com saneamento básico per capita em Xinguara apresentou oscilações ao longo do período. Em 2019, o gasto era de R\$ 42 por habitante, subindo para R\$ 55 em 2020, o que indica um esforço de aumento dos investimentos. Contudo, em 2021, observou-se uma queda para R\$ 40, seguida de nova elevação em 2022, quando o gasto atingiu R\$ 51, encerrando 2023 em R\$ 55 por habitante. Apesar da variação, o município conseguiu, no final do período, registrar o maior nível de investimento desde 2019 (Gráfico 12).

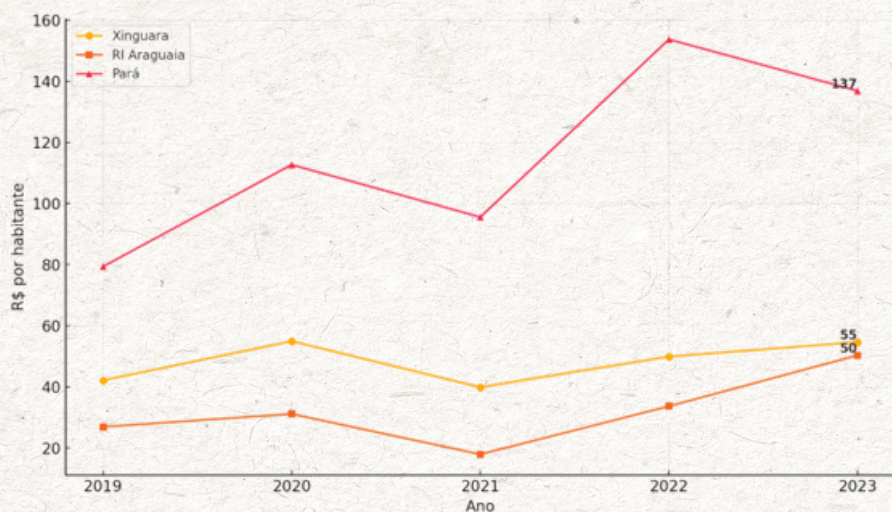
A Região de Integração Araguaia manteve valores historicamente mais baixos do que Xinguara, começando em R\$

27 em 2019 e chegando a R\$ 50 em 2023, com crescimento constante. Já o estado do Pará exibiu valores muito superiores: partiu de R\$ 80 em 2019 e atingiu um pico de R\$ 154 em 2022, encerrando em R\$ 137 em 2023. A comparação mostra que, apesar da recuperação recente, o investimento de Xinguara ainda é bastante inferior à média estadual, o que pode limitar os avanços na universalização dos serviços de saneamento (Gráfico 12). Assim, embora haja sinais de retomada dos investimentos em saneamento no município, os valores ainda são modestos diante da necessidade de expansão da cobertura, especialmente para a população de baixa renda.

O comportamento dos gastos, aliado à baixa evolução no acesso à coleta de esgoto, sugere que é necessário ampliar o volume de recursos destinados ao setor, priorizando estratégias de inclusão social e melhoria das condições sanitárias básicas (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 55/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



O consumo de energia elétrica per capita em Xinguara iniciou o período de 2019 com um patamar elevado, registrando 1.982 kWh por habitante. Esse valor cresceu nos anos seguintes, atingindo um pico em 2021 de aproximadamente 2.230 kWh/hab., refletindo uma expansão no acesso e uso de energia, possivelmente impulsionada por crescimento econômico ou melhoria na infraestrutura elétrica. No entanto, em 2022 e 2023, houve uma redução no consumo, fechan-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



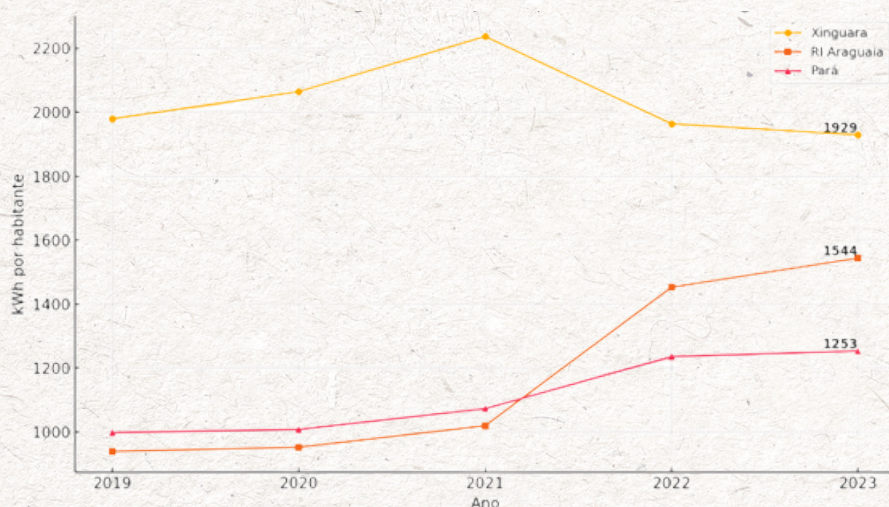
do o último ano em 1.929 kWh/hab., indicando uma possível estabilização ou leve retração nas condições de consumo (Gráfico 13).

Na Região de Integração Araguaia, o consumo evoluiu de maneira diferente. Partindo de cerca de 930 kWh/hab. em 2019, manteve crescimento moderado até 2021, e então apresentou forte expansão em 2022 e 2023, encerrando em 1.544 kWh/hab., o que sugere ganhos importantes em acesso e uso de energia elétrica mais recentemente. No estado do Pará, a tendência também foi de crescimento contínuo, mas de maneira

gradual, passando de cerca de 995 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Portanto, Xinguara manteve, durante todo o período, um consumo per capita de energia significativamente superior às médias regional e estadual, evidenciando melhor infraestrutura energética ou maior intensidade de consumo. Entretanto, a queda recente pode sinalizar uma necessidade de análise mais aprofundada para identificar se se trata de um ajuste natural ou de restrições no fornecimento ou no poder aquisitivo da população. (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1929 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em Xinguara apresentou uma trajetória de queda acentuada e consistente entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 0,4% em 2019, mantendo-se praticamente estável até 2021, para então registrar reduções mais expressivas, atingindo 0,2% em 2023. Esses números mostram que a dependência de fontes de iluminação não elétrica é mínima no município, refletindo um quadro positivo de acesso à energia elétrica mesmo entre as camadas mais vulneráveis (Gráfico 14).

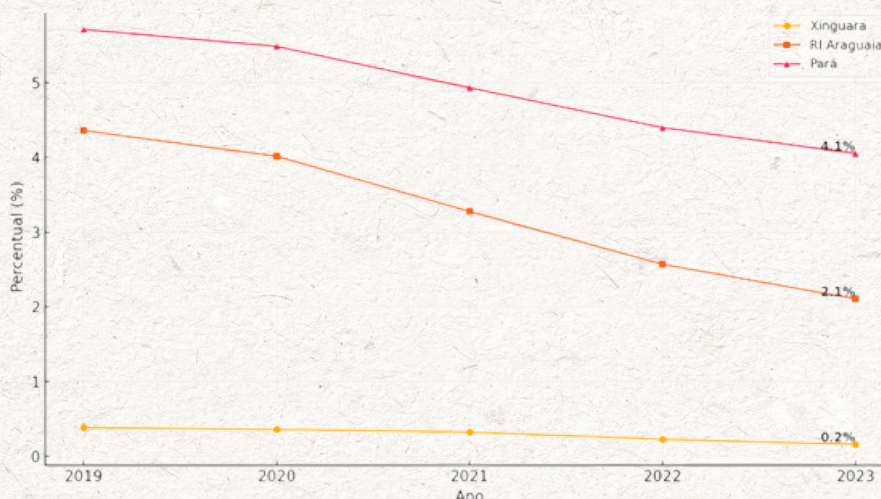


Na Região de Integração Araguaia, a redução também foi constante, mas em níveis mais elevados: o percentual caiu de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023, revelando avanços importantes, ainda que a dependência de iluminação fóssil seja proporcionalmente muito maior do que em Xinguara. No estado do Pará, o cenário é semelhante ao da RI, com uma queda de 5,7% para 4,1% no mesmo período, demonstrando que a exclusão energética ainda é um problema relevante em escala estadual (Gráfico 14).

Assim, a análise indica que Xinguara apresenta um desempenho exemplar na eliminação da iluminação fóssil entre domicílios de baixa renda, comparativamente muito superior ao observado nos seus recortes territoriais superiores. Esse dado confirma uma infraestrutura elétrica sólida e inclusiva no município, o que pode ser um importante fator para promover a equidade social e a qualidade de vida da população de baixa renda local (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



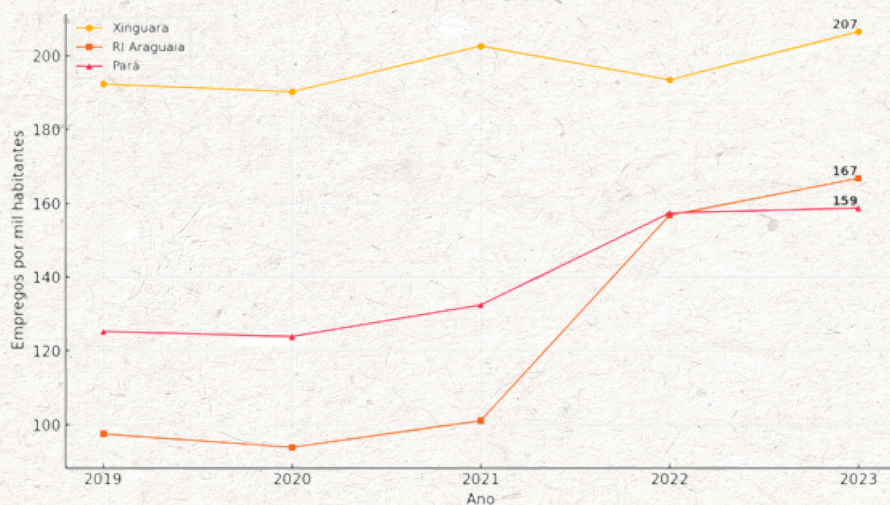
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Xinguara manteve-se consistentemente acima da média regional e estadual em termos de empregos formais por mil habitantes. Mesmo com uma leve redução entre 2019 e 2020, de cerca de 192 para 190 empregos formais, o município se recuperou com força em 2021, atingindo 203 empregos formais por mil habitantes, mantendo-se robusto apesar de uma pequena queda em 2022. Em 2023, Xinguara atingiu o seu maior patamar da série analisada, com 207 empregos formais por mil habitantes, demonstrando um mercado de trabalho local bastante fortalecido (Gráfico 15).

A Região de Integração do Araguaia, onde se localiza Xinguara, iniciou o período analisado com níveis significativamente mais baixos de empregos formais por mil habitantes, situando-se em torno de 97 em 2019, e apresentando uma leve queda em 2020. A partir de 2021, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo, acelerando expressivamente entre 2021 e 2022, quando a quantidade de empregos formais subiu de 101 para 157 por mil habitantes, finalizando 2023 em 167 empregos por mil habitantes. Esse crescimento reflete uma dinamização regional que, embora expressiva, ainda mantém distância em relação aos números mais elevados de Xinguara (Gráfico 15).

O estado do Pará, por sua vez, também apresentou evolução positiva ao longo do período, embora em ritmo mais moderado em comparação à RI Araguaia. O estado partiu de cerca de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, caiu ligeiramente em 2020, mas retomou o crescimento a partir de 2021, chegando a 159 em 2023. O desempenho estadual, embora progressivo, é o mais estável entre os três níveis analisados, sem saltos bruscos, o que evidencia um crescimento mais gradual da formalização do trabalho, ainda abaixo dos níveis alcançados especificamente por Xinguara e pela sua Região de Integração em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 207 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita



O PIB per capita de Xinguara apresentou crescimento contínuo de 2018 até 2021, passando de cerca de R\$ 27.500 para R\$ 35.300, o que indica uma forte expansão da atividade econômica local nesse período. Entretanto, em 2022, houve uma queda relevante, com o PIB per capita recuando para aproximadamente R\$ 30.986, ainda mantendo-se, contudo, acima da média da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará. A trajetória de Xinguara revela um desempenho mais volátil, especialmente em 2022, em contraste com a tendência ascendente contínua

observada nos outros recortes territoriais (Gráfico 16).

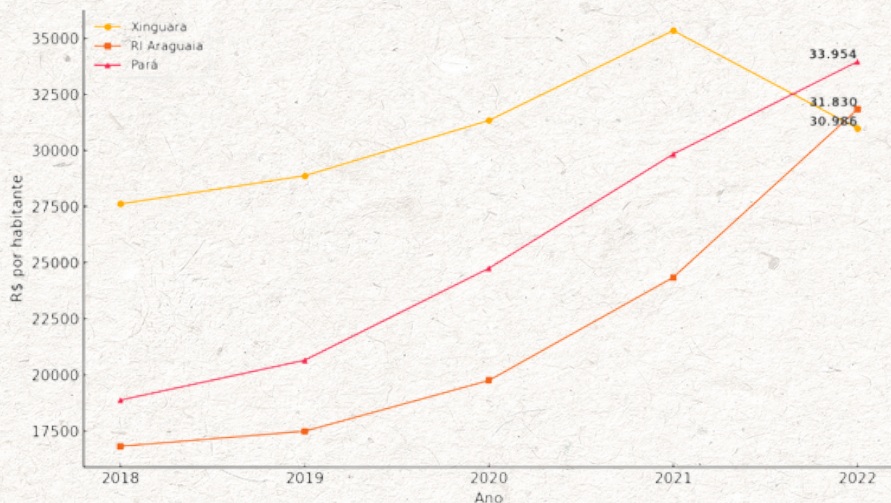
Na Região de Integração Araguaia, o PIB per capita mostrou uma evolução mais consistente e acelerada entre 2018 e 2022, saindo de R\$ 16.800 pa-

ra R\$ 30.900, praticamente dobrando nesse intervalo. A partir de 2020, o crescimento tornou-se mais expressivo, especialmente entre 2021 e 2022, indicando um período de fortalecimento econômico regional, possivelmente relacionado à dinamização de setores como agropecuária e serviços. Apesar disso, o nível de PIB per capita da RI Araguaia, mesmo após esse crescimento robusto, ainda se mantém levemente abaixo do valor registrado em Xinguara (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou um crescimento estável e vigoroso no PIB per capita durante

todo o período, saindo de cerca de R\$ 18.900 em 2018 e atingindo R\$ 33.950 em 2022. Essa evolução contínua, sem quedas, evidencia uma trajetória sólida de expansão econômica estadual, que culminou em 2022 com o Pará superando, pela primeira vez no período analisado, o PIB per capita de Xinguara. Essa ultrapassagem reforça a hipótese de que o crescimento no estado foi mais homogêneo, enquanto Xinguara enfrentou uma queda específica em 2022 (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.986 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



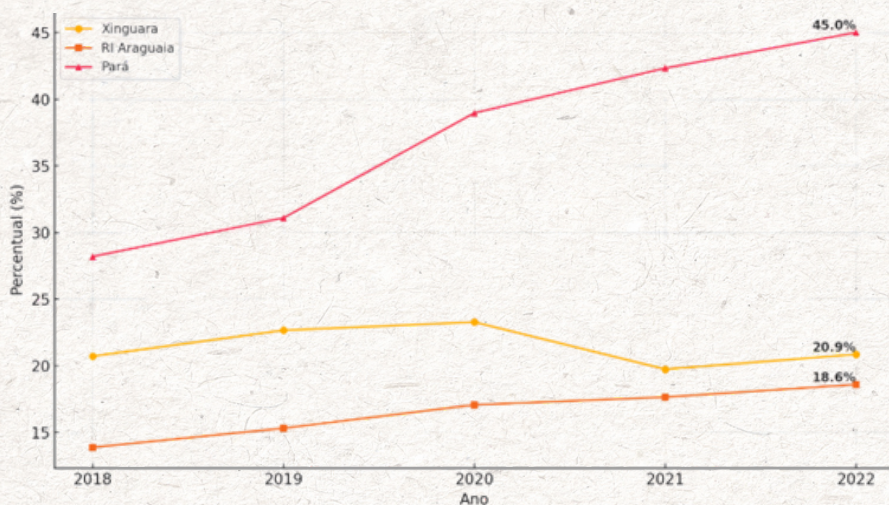
Quanto ao Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Xinguara apresentou um comportamento relativamente estável, partindo de cerca de 20,8% em 2018 e chegando a 20,9% em 2022. Após crescer de 2018 até 2020, atingindo 23,3%, o município sofreu uma queda significativa em 2021, com o percentual recuando para cerca de 19,8%. Essa retração pode sugerir uma redução da importância relativa do setor industrial na economia local ou um crescimento mais forte de outros setores, como serviços ou agropecuária, em comparação ao desempenho industrial (Gráfico 17).

Na Região de Integração Araguaia, o Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) mostrou uma evolução contínua ao longo dos anos, ainda que em patamares menores que os de Xinguara. Partindo de cerca de 13,8% em 2018, a RI alcançou 18,6% em 2022, demonstrando uma ampliação gradual da participação da indústria na composição do PIB regional. Esse crescimento contínuo indica um fortalecimento industrial progressivo, mesmo que o setor ainda represente uma fração relativamente modesta do total da economia regional (Gráfico 17).

O estado do Pará apresentou uma trajetória de crescimento ainda mais destacada no indicador, saindo de 28,3% em 2018 para expressivos 45% em 2022. Essa forte elevação reflete o fortalecimento de grandes projetos industriais no estado, especialmente nos setores de mineração e transformação mineral. O aumento consistente na participação industrial no PIB estadual destaca a importância crescente desse setor para a economia do Pará, em contraste com o comportamento mais estável ou moderadamente crescente observado em Xinguara e na Região de Integração Araguaia (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Xinguara apresentou um comportamento relativamente estável no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, iniciando o período com 15 profissionais em 2019, caindo para 14 em 2020, e oscilando ligeiramente até alcançar 17 em 2023. Embora tenha havido pequenas variações anuais, o indicador praticamente retornou ao patamar



mar inicial ao final do período, evidenciando uma tendência de estabilidade, com um leve crescimento em 2023. Esse comportamento indica que Xinguara manteve sua base de profissionais da ciência de forma consistente, sem grandes avanços estruturais nesse segmento (Gráfico 18).

A Região de Integração do Araguaia apresentou um cres-

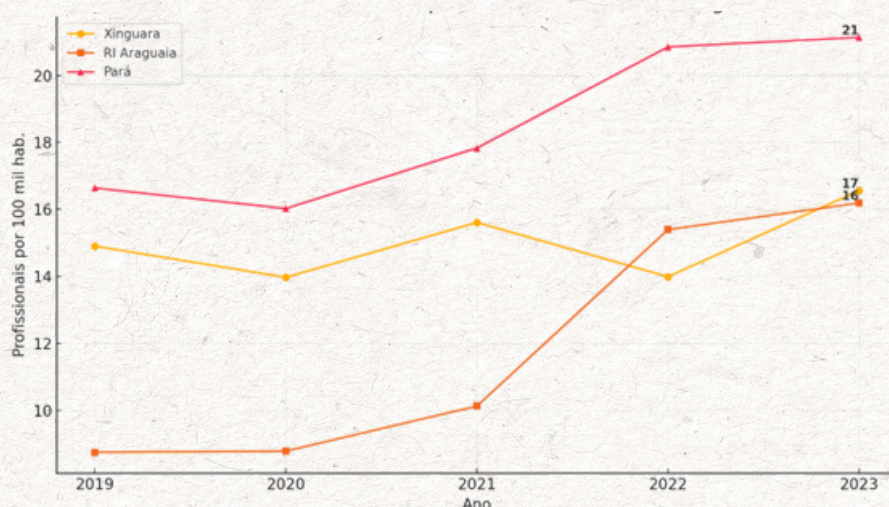
cimento mais expressivo no indicador ao longo do período analisado. Partindo de um patamar mais baixo, com cerca de 8,8 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, a RI Araguaia manteve-se estável até 2020, mas passou a apresentar forte crescimento a partir de 2021. Esse avanço culminou com 16 profissionais por 100 mil habitantes em 2023, praticamente dobrando a densidade em relação ao início da série. A tendência indica uma ampliação significativa da presença de profissionais da ciência na região, sinalizando investimentos ou dinâmicas locais que favoreceram a expansão desse setor (Gráfico 18).





O estado do Pará, por sua vez, partiu de um patamar mais elevado, com cerca de 16,6 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, mantendo relativa estabilidade até 2020, e posteriormente crescendo de maneira constante, alcançando 21 profissionais em 2023. O crescimento estadual foi mais linear e consistente que nas demais esferas territoriais, o que reflete um movimento mais generalizado de fortalecimento da ciência e tecnologia no Pará, ainda que em níveis que indicam haver espaço para avanços mais robustos quando comparado a outras unidades federativas mais industrializadas do Brasil (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Xinguara apresentou uma trajetória inicialmente decrescente na massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB, passando de cerca de 1,41% em 2019 para 1,21% em 2021. Esse comportamento indica uma diminuição relativa da participação dos salários formais na economia municipal, o que pode estar relacionado tanto a um crescimento do PIB puxado por setores de baixa empregabilidade quanto a um achatamento salarial. Em 2022, contudo, observa-se uma recuperação, com o percentual subindo para 1,5%, retomando parte do espaço perdido ao longo do período (Gráfico 19).

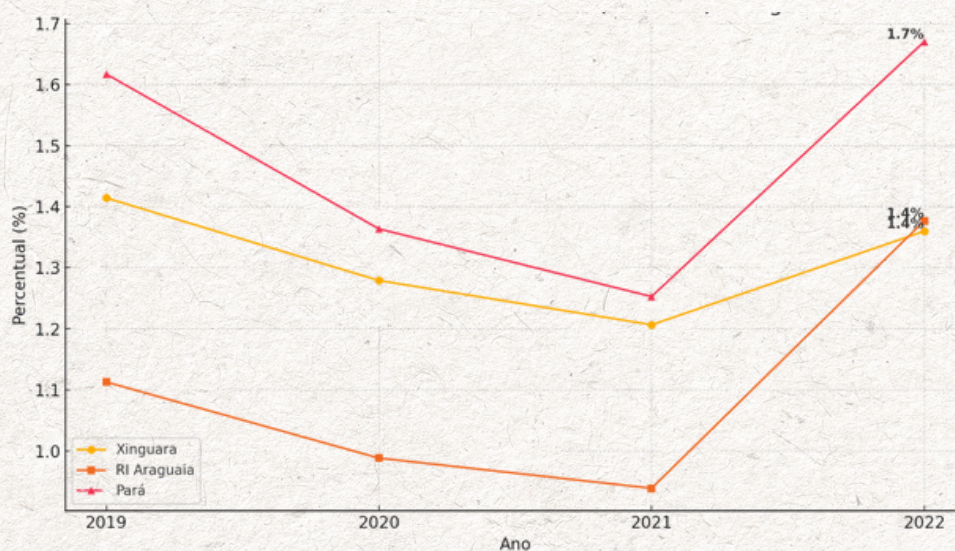
A Região de Integração do Araguaia apresentou comporta-

mento semelhante ao de Xinguara, porém partindo de um patamar inferior. O percentual caiu de aproximadamente 1,11% em 2019 para 0,93% em 2021, evidenciando uma perda ainda mais acentuada da representatividade dos salários formais em relação ao PIB. No entanto, entre 2021 e 2022, a RI Araguaia teve uma recuperação mais expressiva que Xinguara, alcançando 1,40% em 2022, ultrapassando o próprio município no indicador, o que sugere uma melhora significativa nas condições salariais ou na formalização do trabalho regional nesse último ano analisado (Gráfico 19).

No estado do Pará, a massa salarial dos vínculos formais também apresentou uma tendência de queda de 2019 até

2021, saindo de 1,61% para 1,26%, mas registrou uma recuperação ainda mais forte em 2022, atingindo 1,7%, superando inclusive o valor inicial de 2019. O comportamento estadual reflete uma retomada mais vigorosa da participação dos salários formais no PIB, possivelmente impulsionada por uma recuperação econômica mais ampla e pela expansão de setores com maior formalização e remuneração. O desempenho do Pará em 2022 contrasta com o padrão observado em Xinguara e na RI Araguaia, onde a recuperação, embora presente, não superou os níveis iniciais de 2019 (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

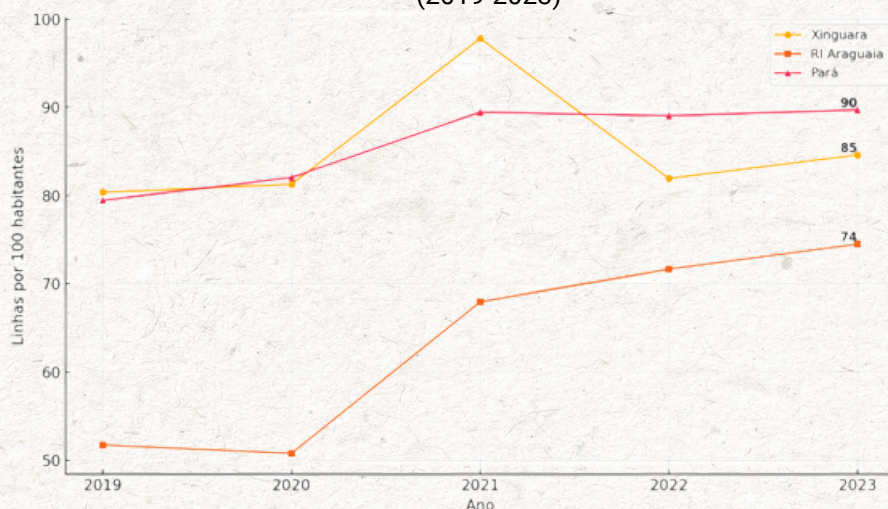
Entre 2019 e 2023, o acesso à telefonia móvel em Xinguara apresentou variações significativas. Em 2019, a taxa era de cerca de 80 linhas por 100 habitantes, crescendo de maneira estável até 2020, e alcançando um pico expressivo em 2021, quando atingiu aproximadamente 98 linhas, evidenciando uma rápida expansão no acesso. No entanto, em 2022, observou-se uma queda brusca para cerca de 82 linhas por 100 habitantes, possivelmente em função de fatores econômicos ou mudanças no comportamento de consumo, antes de uma leve recuperação para 85 linhas em 2023 (Gráfico 20).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento gradual e constante. Partindo de um nível mais baixo, de cerca de 52 linhas por 100 habitantes em 2019, houve uma leve queda em 2020, seguida por uma forte alta em 2021 e 2022, chegando a 74 linhas em 2023. O movimento indica uma melhoria progressiva na infraestrutura e no acesso à telefonia móvel na região, reduzindo, ainda que parcialmente, a distância em relação aos números estaduais e municipais (Gráfico 20).



Em nível estadual, o Pará manteve um comportamento relativamente estável ao longo do período. Saindo de cerca de 79,5 linhas em 2019, o estado apresentou um leve crescimento até 2021, atingindo 89,4 linhas, e estabilizando-se a partir de então em torno de 89-90 linhas por 100 habitantes. Esse padrão sugere uma consolidação do serviço de telefonia móvel em nível estadual, sem grandes oscilações recentes, o que reflete uma estrutura de oferta e demanda mais amadurecida (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Xinguara apresentou uma trajetória de manutenção em altos níveis de despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2022. O indicador partiu de cerca de R\$ 145 por habitante em 2019, crescendo para aproximadamente R\$ 155 em 2020 e se mantendo nesse patamar até 2022. Em 2023, contudo, houve uma redução acentuada, com o valor caindo para R\$ 132, possivelmente refletindo redirecionamentos orçamentários ou contenções de gastos municipais (Gráfico 21).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador mostrou um

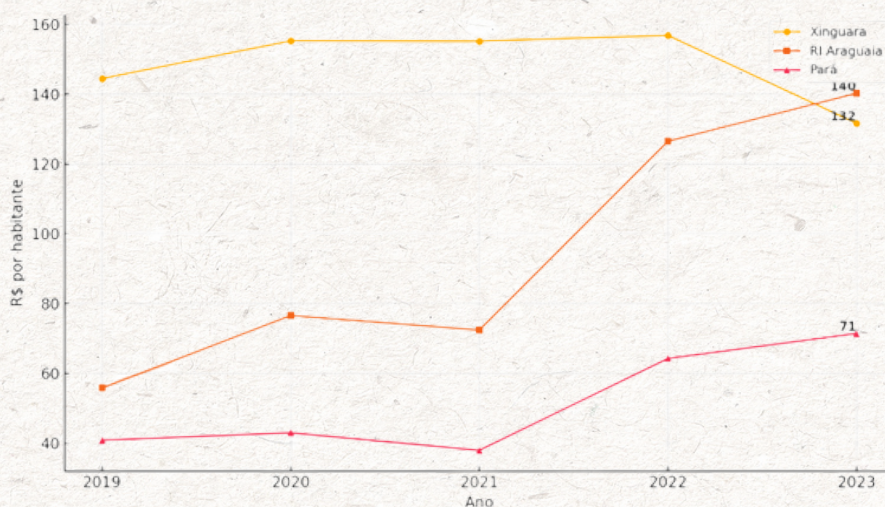
crescimento mais acentuado e consistente no período. Em 2019, as despesas eram da ordem de R\$ 56 per capita, avançando para R\$ 77 em 2020, com uma leve queda em 2021. A partir de 2022, observa-se um forte aumento, chegando a R\$ 127 e depois a R\$ 140 em 2023. Essa expansão pode indicar maior priorização dos investimentos em cultura e meio ambiente, provavelmente impulsionada por políticas públicas regionais ou captação de novos recursos (Gráfico 21).

Já no âmbito estadual, o Pará teve um crescimento mais modesto, mas contínuo, no indi-

cador. Em 2019, o gasto era de aproximadamente R\$ 40 per capita, crescendo levemente até R\$ 43 em 2020, sofrendo um recuo em 2021 para cerca de R\$ 38, e depois retomando crescimento expressivo para R\$ 63 em 2022 e R\$ 71 em 2023. O crescimento nos últimos anos revela um possível fortalecimento das políticas estaduais de cultura e gestão ambiental, embora o valor ainda se mantenha consideravelmente inferior aos observados no município e na região (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93 /hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



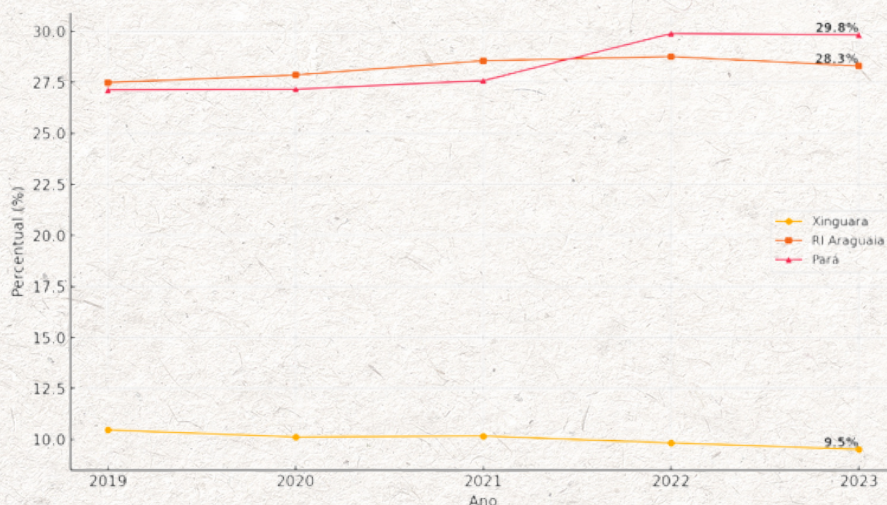
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Xinguara, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2023, variando entre 10,5% e 9,5%. Em 2019, o indicador era de 10,5%, apresentando uma leve queda em 2020 para 10,1% e mantendo valores semelhantes em 2021. A partir de 2022, houve nova redução, chegando a 9,5% em 2023. Esse comportamento demonstra uma tendência de ligeira melhora no destino dos resíduos sólidos entre a população mais vulnerável do município (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador manteve-se em patamar elevado, iniciando em torno de 27,5% em 2019 e oscilando positivamente nos anos seguintes. Houve uma pequena elevação até 2021, atingindo cerca de 28,5%, seguida de estabilidade em 2022 e um recuo em 2023 para 28,3%. Apesar da redução recente, o percentual ainda é elevado e reflete a persistência de práticas inadequadas de descarte de lixo na região, indicando a necessidade de políticas mais eficazes de saneamento e educação ambiental (Gráfico 22).

No estado do Pará como um todo, observou-se um crescimento mais perceptível ao longo do período. Partindo de 27,2% em 2019, o percentual subiu para 29,8% em 2022, antes de uma pequena queda em 2023. Essa trajetória indica que, em âmbito estadual, a prática de queimar ou enterrar lixo entre a população de baixa renda se intensificou, refletindo deficiências na expansão dos serviços de coleta e tratamento de resíduos para áreas vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

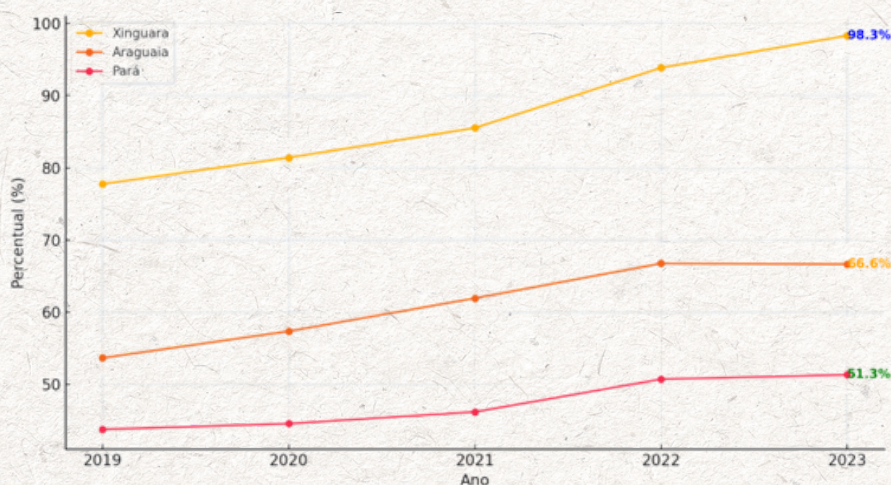
O município de Xinguara mostrou uma tendência de crescimento gradual no percentual da população de baixa renda que utiliza fossas rudimentares. Em 2019, o índice era de 36,7% e permaneceu praticamente estável até 2021. A partir de 2022, houve um salto mais acentuado, chegando a 43,3% em 2023. Esse aumento pode indicar tanto crescimento demográfico em áreas desassistidas quanto expansão urbana desordenada, sem o acompanhamento da infraestrutura de saneamento adequada (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, os níveis foram consistentemente mais altos, partindo de 69% em 2019 e alcançando 66,6% em 2022 e 2023. Esse padrão sugere que o uso de fossas rudimentares é uma prática generalizada entre a população de baixa renda da região, representando uma forma precária e potencialmente insalubre de destinação de esgoto, com implicações diretas na saúde pública e na contaminação do solo e dos recursos hídricos (Gráfico 23).

O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 43,8% em 2019 e

chegou a 51,3% em 2023, com aumento mais acentuado entre 2021 e 2022. Isso reflete uma fragilidade estrutural na universalização do saneamento, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. Os dados demonstram que, embora Xinguara tenha percentuais abaixo da média regional, a tendência de crescimento no uso de fossas rudimentares indica a necessidade urgente de investimentos em sistemas coletivos de esgotamento sanitário que incluam as populações periféricas e rurais (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 98,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Xinguará apresentou uma trajetória de crescimento nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023, com algumas oscilações. Em 2019, o gasto era de aproximadamente R\$ 308 por habitante, crescendo de forma expressiva para cerca de R\$ 435 em 2020. Em 2021, houve uma queda para R\$ 333, mas a partir de 2022 o valor voltou a crescer significativamente, culminando em 2023 com o maior valor da série: R\$ 560 por habitante. Esse

comportamento demonstra uma ampliação progressiva dos investimentos na proteção contra eventos adversos, embora com certa instabilidade nos primeiros anos (Gráfico 24).

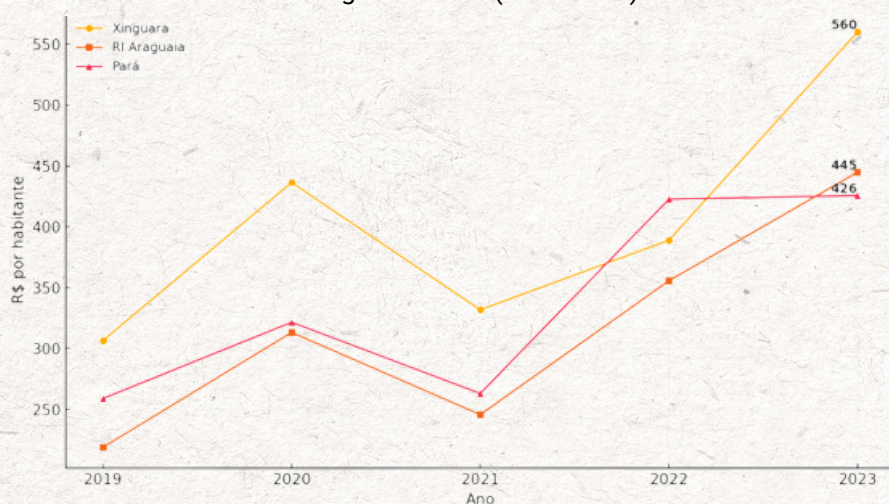
Na Região de Integração Araguaia, o padrão foi semelhante, embora em níveis inferiores aos de Xinguará. Em 2019, o gasto estava em torno de R\$ 217, aumentando para R\$ 313 em 2020, caindo para R\$ 247 em 2021 e subindo para R\$ 355 em 2022 e R\$ 445 em 2023.

A tendência geral também foi de crescimento, refletindo maior atenção regional às ações de prevenção, mas os valores ainda se mantêm abaixo dos verificados no município, sugerindo uma menor capacidade de investimento ou prioridade relativa inferior em comparação a Xinguara (Gráfico 24).

No estado do Pará, o comportamento foi de evolução consistente, embora com níveis intermediários entre os valores de Xinguara e da Região Araguaia. Partindo de R\$ 260 em 2019, o gasto subiu para R\$ 325 em 2020, apresentou recuo em 2021, e então avançou de forma relevante para R\$ 426

em 2023. O crescimento do investimento estadual indica um esforço para fortalecer a resiliência dos territórios frente a desastres naturais, refletindo uma maior institucionalização de políticas públicas voltadas à prevenção (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 560/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Xinguara, os gastos per capita com preservação aquática foram bastante reduzidos ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era praticamente nulo, subindo para cerca de R\$ 25 em 2020, o que representa um leve esforço de investimento nesse tipo de preservação. No entanto, a partir de 2021, os valores retornaram a praticamente zero e permaneceram assim até 2023, sinalizando uma ausência ou interrupção de políticas públicas específicas voltadas para a conservação de recursos hídricos no município (Gráfico 25).



Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi relativamente melhor, mas também marcado por grande volatilidade. Em 2019, o gasto era de R\$ 28 por habitante, aumentando expressivamente para R\$ 215 em 2020. Contudo, a partir de 2021 houve uma queda brusca para R\$ 21, valor que se manteve com pequenas variações até 2023. Essa tendência sugere que, após um in-

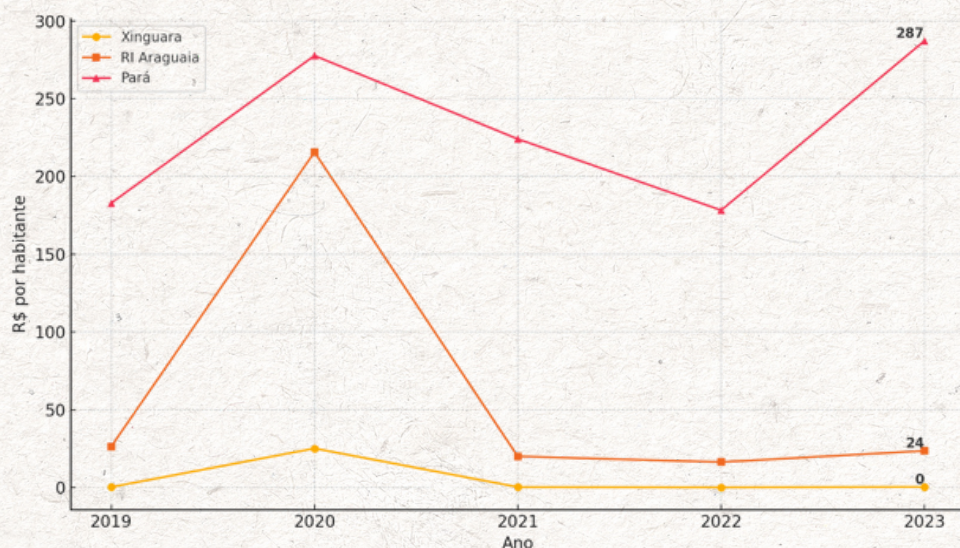
vestimento pontual expressivo, a preservação aquática deixou de ser priorizada de forma consistente na região (Gráfico 25).

Em âmbito estadual, o Pará manteve valores significativamente mais elevados e estáveis em comparação a Xinguara e à RI Araguaia. Em 2019, o gasto per capita era de R\$ 183, subindo para R\$ 275 em 2020 e mantendo patamar elevado, apesar de uma leve queda em



2022, fechando 2023 com R\$ 287 por habitante. Essa evolução aponta que, diferentemente do observado no município e na região, a preservação de recursos aquáticos vem sendo uma preocupação constante nas políticas estaduais, demonstrando um compromisso mais sólido com a gestão ambiental (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Xinguará manteve um percentual de área de floresta bastante baixo ao longo do período de 2019 a 2023. O índice variou muito pouco, partindo de cerca de 10,2% em 2019, mantendo-se estável até 2022, e registrando uma pequena elevação para 10,3% em 2023. Essa estabilidade em um nível tão reduzido evidencia uma forte pressão histórica sobre as áreas florestais do município, com baixa capacidade de recuperação ou conservação da cobertura vegetal original (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi marcado por uma relativa estabilidade inicial e uma queda brusca em 2022. De 2019 a

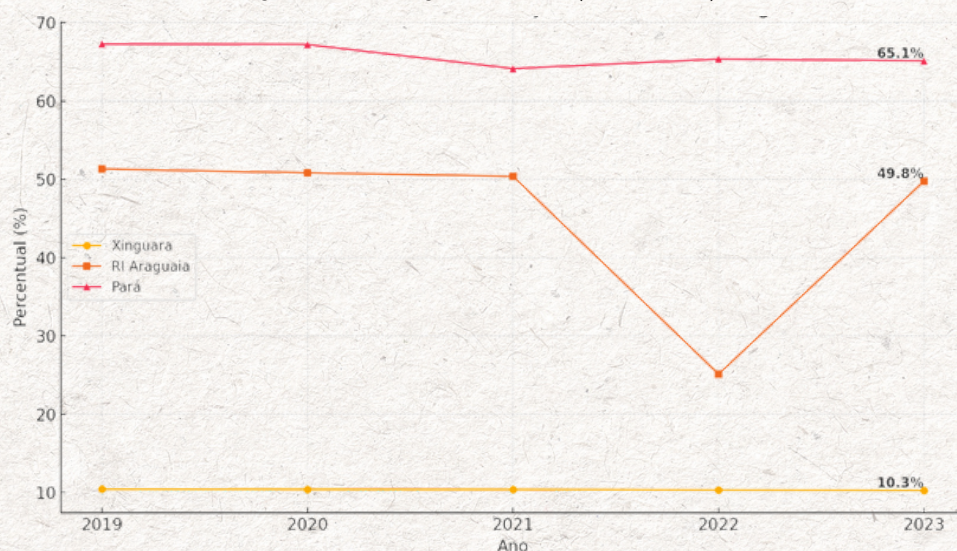
2021, o percentual permaneceu em torno de 51%, mas em 2022 despencou para 25,4%, indicando um evento ou processo de desmatamento significativo. Em 2023, houve uma recuperação para 49,8%, embora ainda levemente abaixo



do nível de 2019, sugerindo esforços recentes de recomposição florestal ou ajustes metodológicos na medição (Gráfico 26).

Em nível estadual, o Pará manteve uma proporção elevada de área florestal durante o período. O percentual era de 67,5% em 2019 e variou muito pouco até 2023, quando registrou 65,1%. Apesar da leve tendência de queda, o estado preserva uma maioria significativa de sua área coberta por florestas, o que reforça sua importância estratégica em termos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, embora o desmatamento contínuo ainda represente uma preocupação (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Xinguará x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Xinguara, o percentual de área desmatada em relação à área total manteve-se extremamente elevado e praticamente constante de 2019 a 2023. Em todo o período, o indicador permaneceu ao redor de 89,4%, demonstrando que a maior parte do território municipal já se encontra desmatada há anos. Essa estabilidade em patamar tão elevado sugere uma dinâmica consolidada de uso do solo voltada predominantemente para atividades agropecuárias, com pouquíssima variação recente no cenário de cobertura vegetal (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi mais dinâmico. De 2019 a 2021, o percentual da área desmatada manteve-se relati-

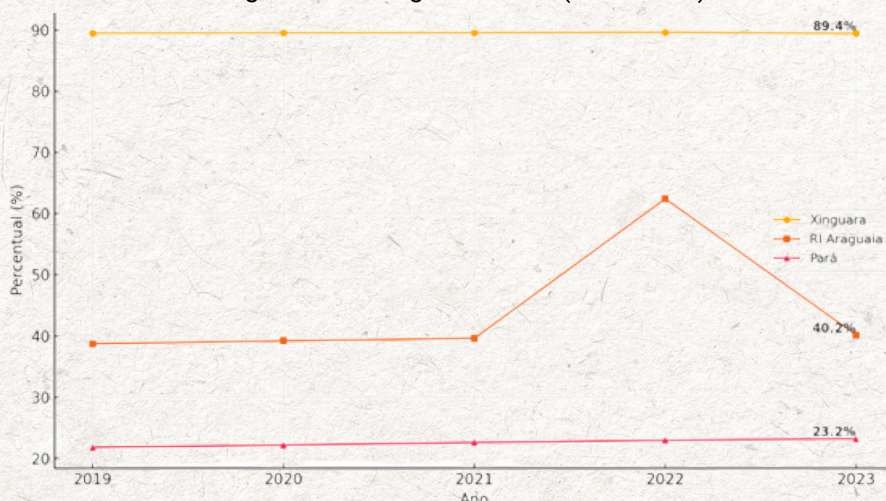
vamente estável, em torno de 39% a 40%. No entanto, em 2022, houve uma elevação expressiva para 62%, indicando um episódio relevante de avanço do desmatamento. Em 2023, o percentual recuou novamente para cerca de 40,2%, voltando próximo dos patamares anteriores. Esse movimento pode refletir variações nos dados de monitoramento ou ações de controle e recomposição florestal (Gráfico 27).

Em nível estadual, o estado do Pará apresentou crescimento lento, mas constante no percentual da área desmatada. Em 2019, o indicador era de aproximadamente 21%, subindo ligeiramente ano a ano até atingir 23,2% em 2023. Embora o percentual seja muito inferior ao de Xinguara e

e da RI Araguaia, o crescimento gradual evidencia uma tendência preocupante de expansão do desmatamento, exigindo medidas contínuas de fiscalização, proteção e recuperação ambiental para conter essa pressão sobre os ecossistemas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

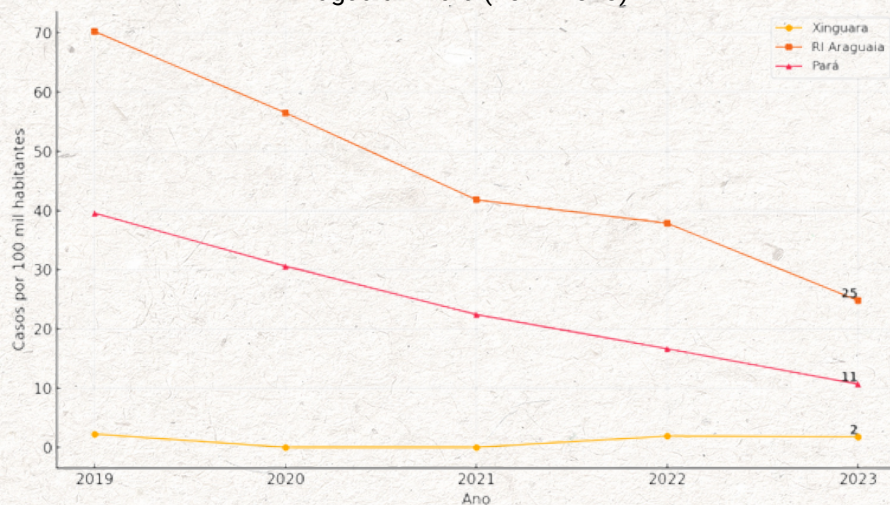
Em Xinguara, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou níveis muito baixos ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, havia cerca de 2,5 casos por 100 mil habitantes, caindo para zero em 2020 e 2021, o que pode refletir tanto esforços de erradicação quanto possíveis subnotificações. Em 2022, registrou-se um pequeno aumento para aproximadamente 2,3 casos, mantendo-se praticamente estável em 2023, com 2 casos. A estabilidade em baixos patamares demonstra avanços, embora a presença de casos indique a necessidade de vigilância contínua (Gráfico 28).

Na Região de Integração Araguaia, o trabalho infantil apresentou queda acentuada ao longo do período. Em 2019, o índice era elevado, com cerca de 70,5 casos por 100 mil habitantes, reduzindo para 57 em 2020, 42 em 2021, 38 em 2022 e, finalmente, atingindo 25 em 2023. Essa trajetória descendente aponta avanços importantes no combate ao trabalho infantil, ainda que o número atual de casos permaneça significativo, sugerindo que persistem vulnerabilidades sociais que favorecem a permanência dessa prática (Gráfico 28).



Em nível estadual, o Pará também apresentou uma tendência clara de redução no trabalho infantil entre 2019 e 2023. O estado começou com aproximadamente 40 casos por 100 mil habitantes em 2019, declinando progressivamente até chegar a 11 casos em 2023. Esse movimento positivo pode estar relacionado a políticas públicas de proteção social e acesso à educação, embora o desafio de erradicação total ainda esteja presente, sobretudo em áreas rurais e regiões mais pobres (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Xinguara, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou um aumento considerável durante o período analisado. Em 2019, o município registrava cerca de 16 homicídios por 100 mil habitantes, subindo para 38 em 2020, 39,5 em 2021 e, após uma leve queda para 32 em 2022, disparando para 53 homicídios por 100 mil habitantes em 2023. O aumento recente é preocupante e pode refletir tensões sociais, aumento da violência organizada ou fragilidade nos mecanismos locais de segurança pública (Gráfico 29).

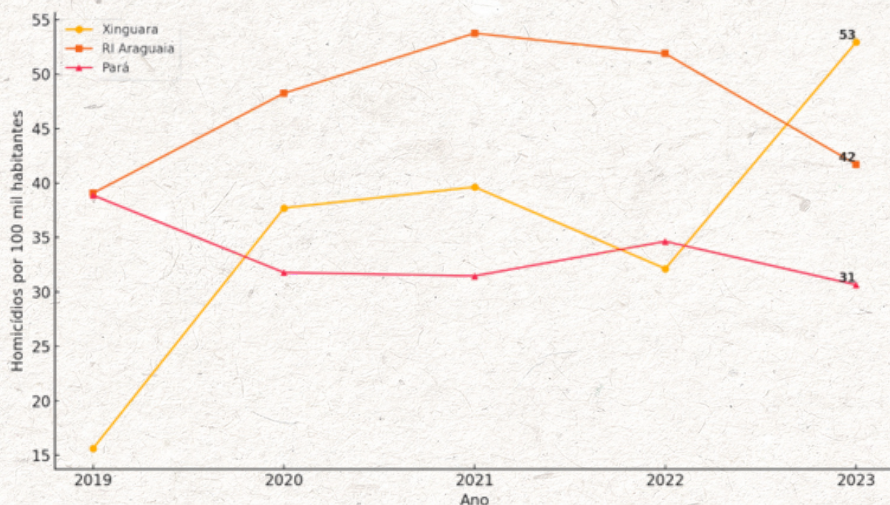
Na Região de Integração Araguaia, a trajetória foi um pouco diferente. Em 2019, a taxa era de 39 homicídios por 100 mil habitantes, crescendo para 48 em 2020 e atingindo o pico de 54 em 2021. Após isso, houve uma leve redução para 52 em 2022 e uma queda mais expressiva para 42 em 2023. Apesar da diminuição recente, o nível ainda é elevado, indicando que a violência letal continua sendo um desafio grave para a região, mesmo com sinais de melhora (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios teve uma leve tendência de redução ao longo do

período. Partindo de aproximadamente 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, o indicador caiu para 32 em 2020 e manteve-se próximo desse valor nos anos seguintes, chegando a 31 em 2023. Essa relativa estabilidade em patamar inferior ao observado em Xinguara e na RI Araguaia sugere que, enquanto o estado como um todo conseguiu controlar a violência de forma moderada, persistem focos regionais de alta criminalidade (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



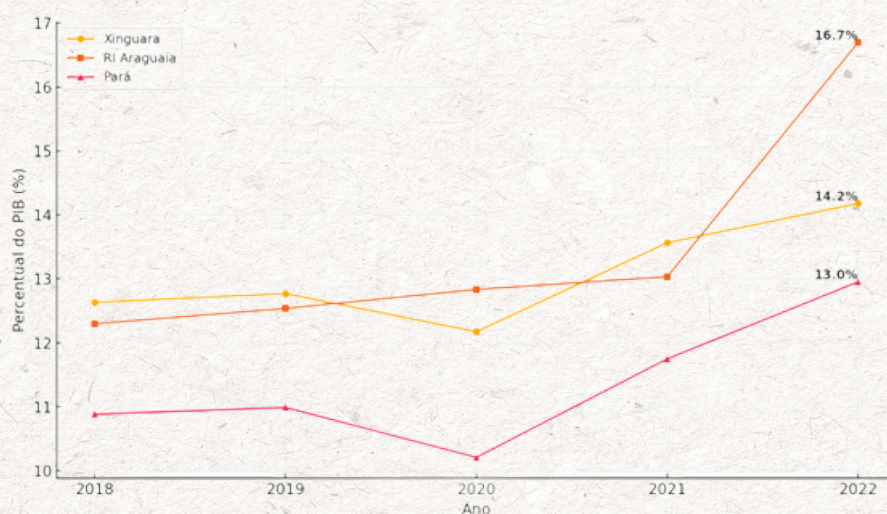
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Xinguara apresentou uma trajetória de crescimento no gasto público municipal como percentual do PIB, embora com uma leve oscilação no início do período. Em 2018, o indicador estava em 12,6%, mantendo-se praticamente estável em 2019 (12,7%), mas sofrendo uma pequena queda para 12,2% em 2020. A partir de 2021, iniciou-se um movimento de alta consistente, chegando a 13,6% e alcançando 14,2% em 2022, refletindo um fortalecimento da participação dos gastos públicos na atividade econômica local (Gráfico 30).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi inicialmente de estabilidade, com crescimento moderado de 12,3% em 2018 para 13% em 2021. Entretanto, em 2022, houve uma forte aceleração, elevando o gasto para 16,7% do PIB, superando tanto Xinguara quanto a média estadual. Esse salto pode indicar uma intensificação dos investimentos públicos regionais, possivelmente vinculada a projetos de infraestrutura ou programas de expansão de serviços básicos, o que ampliou significativamente o peso do setor público na economia local (Gráfico 30).

Em nível estadual, o Pará manteve um padrão de evolução mais contido no mesmo período. O gasto público como percentual do PIB saiu de 10,9% em 2018 para 11% em 2019, registrando uma queda em 2020 para 10,2%, seguida de recuperação nos dois anos seguintes, chegando a 13% em 2022. Apesar do crescimento recente, o patamar estadual ainda é inferior ao observado em Xinguara e na Região Araguaia, o que sugere que o dinamismo do gasto público foi mais pronunciado em algumas regiões específicas do estado do que no conjunto do território paraense (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Xinguara x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,2 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36% . Portanto, a meta não foi alcançada .

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2022, Xinguara apresentou uma tendência expressiva de crescimento na taxa de acesso à banda larga fixa. O indicador partiu de 9,2 pontos por 100 habitantes em 2019, subindo de maneira contínua até alcançar o pico de 18 pontos em 2022, refletindo uma forte expansão no serviço de internet fixa no município. No entanto, em 2023, observou-se uma queda abrupta para apenas 2 pontos por 100 habitantes, o que indica uma possível redução massiva no número de conexões ativas, uma mudança brusca na metodologia de medição, ou ainda um deslocamento para outras modalidades de acesso à internet,

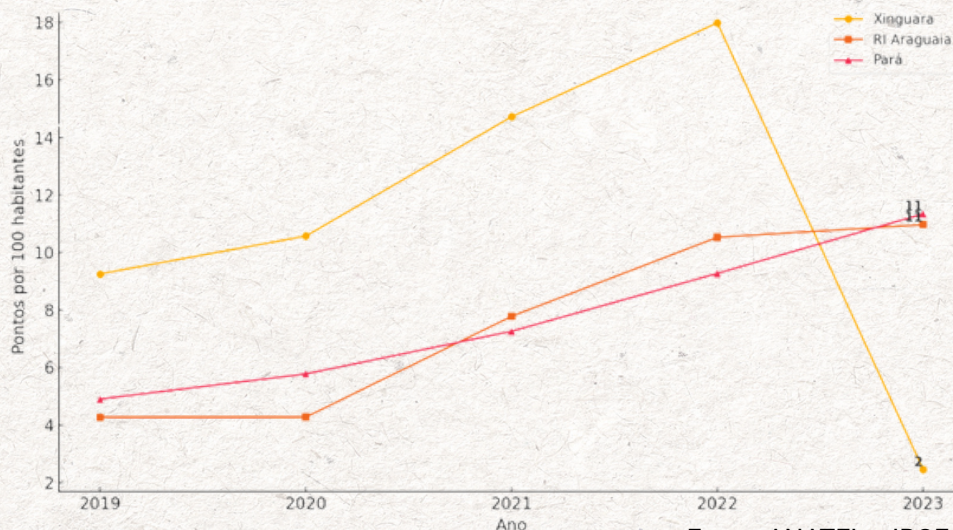
como a banda larga móvel (Gráfico 31).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento progressivo e mais consistente. O indicador manteve-se estável em 4,2 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2020, mas passou a crescer a partir de 2021, chegando a 10,4 pontos em 2022 e estabilizando em 11 pontos em 2023. Esse padrão revela uma ampliação gradual do acesso à banda larga fixa na região, em linha com políticas de inclusão digital e aumento da demanda por conectividade, especialmente impulsionada pela pandemia e a consequente expansão do trabalho e ensi-

no remotos (Gráfico 31).

No estado do Pará, também foi verificada uma tendência de crescimento contínuo no período analisado. O indicador evoluiu de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 5,8 em 2020, alcançando 7,3 em 2021 e atingindo 11 pontos em 2023. Esse movimento revela uma expansão importante do acesso à banda larga fixa em todo o estado, embora o nível de penetração ainda permaneça baixo se comparado a padrões nacionais, indicando que, apesar dos avanços, o desafio de universalizar o acesso de qualidade à internet fixa ainda persiste em grande parte do território paraense (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

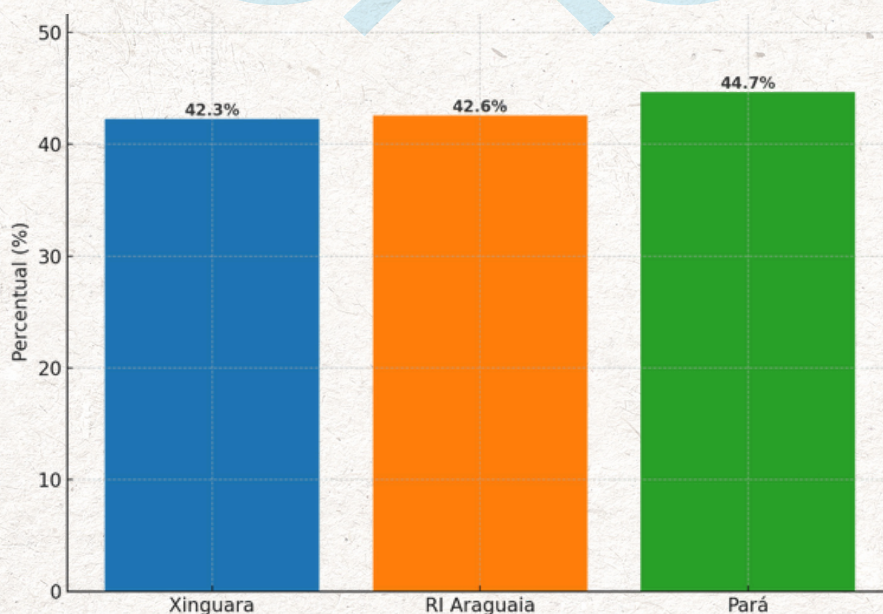
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Xinguara** registrou um IDS de **42,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Xinguara x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



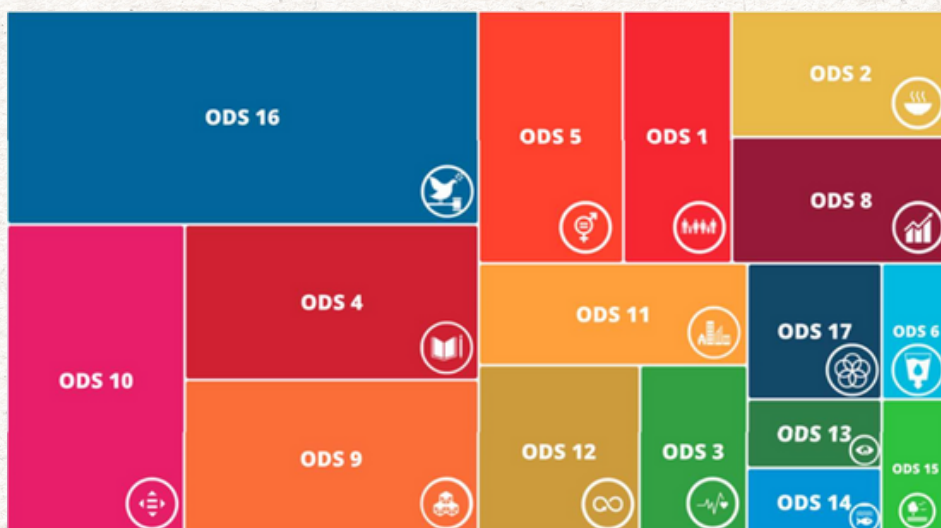
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

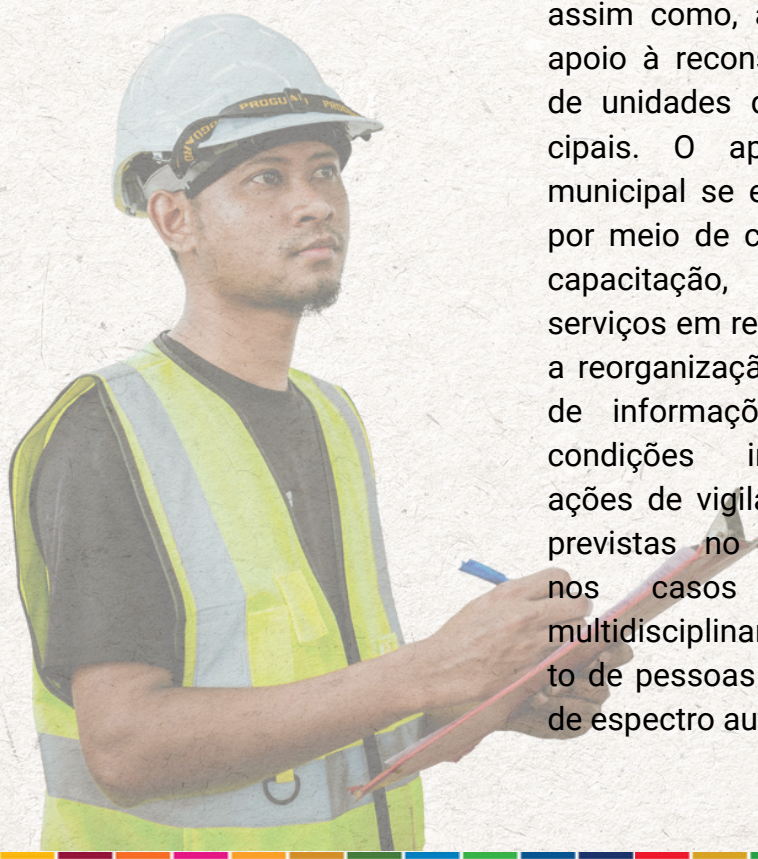


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

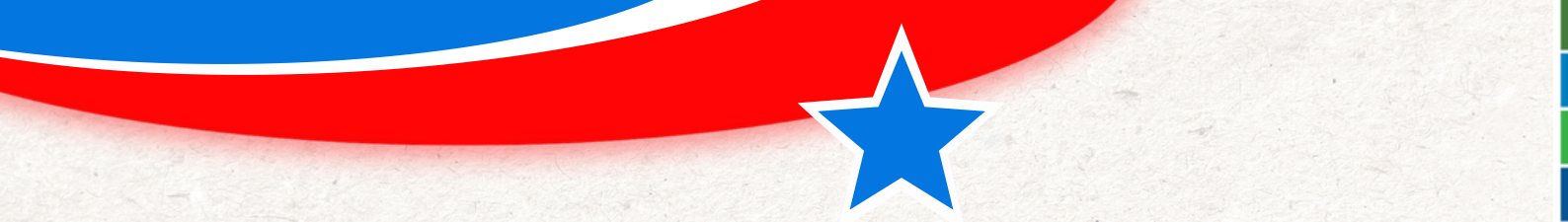
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

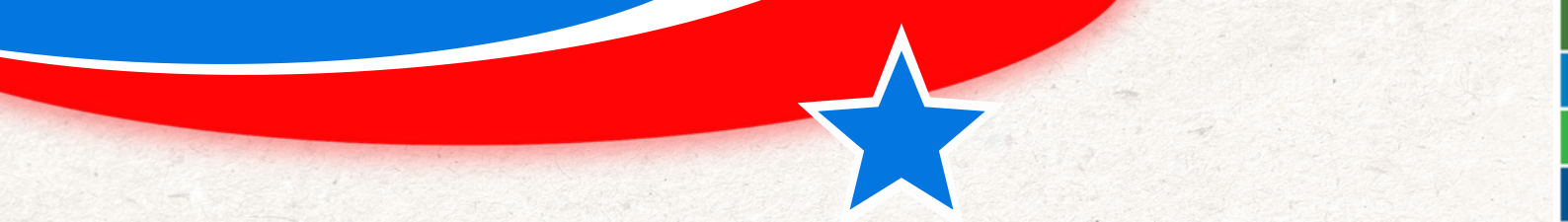
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

